



Simulado Preparatório para o Concurso da Polícia Civil do Acre

Cargo: Agente/Escrivão de Polícia e Auxiliar de Necropsia

Informações

- ✓ Tempo de Prova: 5 horas
- ✓ Banca Organizadora: IBADE
- ✓ Número de Questões: 80
- ✓ Modalidade: Múltipla Escolha

Conteúdo Programático / Número de Questões

- Língua Portuguesa – 10
- Informática – 5
- Raciocínio Lógico – 5
- Direito Administrativo – 10
- Direito Constitucional – 10
- Direito Penal – 10
- Direito Processual Penal – 10
- Leg. de Direito Penal e Processual Penal Especial – 10
- Noções de Medicina Legal - 10

Importante

O simulado é feito com muito carinho e zelo para que ele seja fidedigno ao conteúdo normalmente exigido pela banca nos concursos anteriores.

Buscamos captar questões bem elaboradas que já foram aplicadas em concursos anteriores. Quando o conteúdo foi pouco explorado em outras provas, realizamos nossas próprias questões com base na dificuldade e padrões da banca.

Este simulado está sendo disponibilizado gratuitamente!

Curta nossa página no [Facebook](#) para manter-se sempre atualizado sobre novos simulados.

Caso tenha dúvidas ou sugestões, queira fazer críticas ou até mesmo solicitar outros simulados, entre em contato conosco!

Motivação

O Policial Civil tem o prestígio da população. A profissão é muito bem quista e engrandece o indivíduo.

Policiais geralmente trabalham em regime de escala, muitas vezes configurada em um dia de serviço e três dias de folga (olha que tempo bom pra descansar!)

Durante o curso de formação, você aprenderá noções de direito, primeiros-socorros, manuseio de armamentos e outros tópicos importantes, além de carregar aquele distintivo.

A remuneração do recém formado está na casa dos R\$3,6 mil reais.

Bom Simulado!

Língua Portuguesa

Texto I

O apagão poderá nos trazer alguma luz

Não tivemos guerra, não tivemos revolução, mas teremos o apagão. O apagão será uma porrada na nossa autoestima, mas terá suas vantagens.

Com o apagão, ficaremos mais humildes, como os humildes. A onda narcisista da democracia liberal ficará mais “cabreira”, as gargalhadas das colunas sociais serão menos luminosas, nossos flashes, menos gloriosos. Baixará o astral das estrelas globais, dos comedores. As bundas ficarão mais tímidas, os peitos de silicone, menos arrebitados. Ficaremos menos arrogantes na escuridão de nossas vidas de classe média. [...] Haverá algo de becos escuros, sem saída. A euforia de Primeiro Mundo falsificado cairá por terra e dará lugar a uma belíssima e genuína infelicidade.

O Brasil se lembrará do passado agropastoril que teve e ainda tem; teremos saudades do matão, do luar do sertão, da Rádio Nacional, do acendedor de lâmpadas da rua, dos candeeiros. Lembraremos das tristes noites dos anos 40, como dos “blackouts” da Segunda Guerra, mesmo sem submarinos, apenas sinistros assaltantes nas esquinas apagadas.

O apagão nos lembrará de velhos carnavais: “Tomara que chova três dias sem parar”. Ou: “Rio, cidade que nos seduz, de dia falta água, de noite falta luz!”. Lembraremos dos discos de 78 rpm, das TVs em preto-e-branco, de um Brasil mais micha, mais pobre, cambaio, mas bem mais brasileiro em seu caminho da roça, que o golpe de 64 interrompeu, que esta mania substituída de Primeiro Mundo matou a tapa.

[...]

O apagão nos mostrará que somos subdesenvolvidos, que essa superestrutura modernizante está sobre pés de barro. O apagão é um “upgrade” nas periferias e nos “bondes do Tigrão”, nos lembrando da escuridão física e mental em que vivem, fora de nossas avenidas iluminadas. O apagão nos fará mais pensativos e conscientes de nossa pequenez. Seremos mais poéticos. Em noites estreladas, pensaremos: “A solidão dos espaços infinitos nos apavora”, como disse Pascal. Ou ainda, se mais líricos,

recitaremos Victor Hugo: “A hidra-universo torce seu corpo cravejado de estrelas...”.

[...] O apagão nos dará medo, o que poderá nos fazer migrar das grandes cidades, deixando para trás as avenidas secas e mortas. O apagão nos fará entender os flagelados do Nordeste, que sempre olharam o céu como uma grande ameaça. O apagão nos fará contemplar o azul sem nuvens, pois aprendemos que a natureza é quando não respeitada.

O apagão nos fará mais parcimoniosos, respeitosos e públicos. Acreditaremos menos nos arroubos de autossuficiência.

O apagão vai dividir as vidas, de novo, em dias e noites, que serão nítidos sem as luzes que a modernidade celebra para nos fascinar e nos fazer esquecer que as cidades, de perto, são feias e injustas. Vai diminuir a “feerie” do capitalismo enganador.

Vamos dormir melhor. Talvez amemos mais a verdade dos dias. Acabará a ilusão de clubbers e playboys, que terão medo dos “manos” em cruzamentos negros, e talvez o amor fique mais recolhido, sussurrado e trêmulo. Talvez o sexo se revalorize como prazer calmo e doce e fique menos rebolante e voraz. Talvez aumente a população com a diminuição das diversões eletrônicas noturnas. O apagão nos fará inseguros na rua, mas, talvez, mais amigos nos lares e bares.

Finalmente, nos fará mais perplexos, pois descobriremos que o Brasil é ainda mais absurdo, pois nunca entenderemos como, com três agências cuidando da energia, o governo foi pego de surpresa por essas trevas anunciadas. Só nos resta o consolo de saber que, no fim, o apagão nos trará alguma luz sobre quem somos.

1. Sobre o texto leia as afirmativas a seguir.

I. O apagão é oportunidade de voltar à forma simples de viver, nos campos, matos e pastores.

II. O narrador faz analogias com apagões dos anos 40, apontando que, naquele momento não se era feliz, mas hoje o desenvolvimento trouxe felicidade.

III. O medo poderá estimular as migrações e fortalecer as relações humanas.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

e) I e III, apenas.

2. No texto, a linguagem do autor:

- a) encerra o cotidiano do presente, possibilitando a compreensão do agora, do momento instantâneo.
- b) apresenta o conteúdo de maneira óbvia para que se perca o mínimo do que se quer transmitir.
- c) apesar da aparência de real, tem contornos ficcionais.
- d) mantém a objetividade das palavras, excluindo uso figurado de seu texto.
- e) relata suas intimidades e sentimentos pela construção denotativa das frases.

3. Sobre os elementos destacados do fragmento “A euforia de Primeiro Mundo falsificado cairá por terra e dará lugar a uma belíssima e genuína infelicidade.” é correto afirmar:

- a) A palavra A, nas duas ocorrências, é preposição.
- b) O deslocamento de FALSIFICADO para antes de EUFORIA, com a devida modificação de gênero, não provocaria alteração de sentido.
- c) BELÍSSIMA é um adjetivo no grau superlativo absoluto analítico.
- d) BELÍSSIMA e GENUÍNA concordam em gênero e número com o substantivo, EUFORIA, ao qual se referem.
- e) A expressão “CAIRÁ POR TERRA” pode ser substituída, sem alteração de sentido por RUIRÁ.

4. Sobre o segmento “Não tivemos guerra, não tivemos revolução, mas teremos o apagão.” é correto afirmar que:

- a) as categorias sintáticas presentes nas orações são formas independentes.
- b) nela há três orações subordinadas adverbiais.
- c) há um problema de concordância verbal existente na segunda oração.
- d) os verbos das três orações possuem igual regência.
- e) as categorias verbais, nas orações, estão na voz passiva sintética.

5. Sob a égide da norma culta, a única substituição que poderia ser feita, sem alteração de valor semântico e linguístico, seria:

- a) “e nos 'bondes do Tigrão', nos lembrando da escuridão física e mental em que vivem, fora de nossas avenidas iluminadas.” = e nos 'bondes do Tigrão', lembrando-nos da escuridão física e

mental em que vivem, fora de nossas avenidas iluminadas.

- b) “Rio, cidade que nos seduz.” = Rio, cidade que seduz-nos.
- c) “Lembraremos-nos dos discos de 78 rpm” = Nos lembraremos dos discos de 78 rpm.
- d) “O apagão vai dividir as vidas, de novo, em dias e noites, que serão nítidos sem as luzes” = O apagão vai dividir as vidas, de novo, em dias e noites, onde serão nítidos sem as luzes.
- e) “O apagão nos dará medo, o que poderá nos fazer migrar das grandes cidades” = O apagão nos dará medo, aonde poderá nos fazer migrar das grandes cidades.

6. A conotação responde pelo efeito de sentido causado pela possível associação entre uma palavra e uma experiência cultural que matiza sua significação. Um exemplo de linguagem conotativa está na alternativa:

- a) “Em noites estreladas, pensaremos”
- b) “O apagão poderá nos trazer alguma luz”
- c) “Vamos dormir melhor.”
- d) “teremos saudades do matão, do luar do sertão”
- e) “Lembraremos-nos dos discos de 78 rpm”

7. “O apagão nos dará medo, o que poderá nos fazer migrar das grandes cidades, deixando para trás as avenidas secas e mortas.” A respeito do trecho acima, quanto aos aspectos gramatical, sintático e semântico, analise as afirmativas a seguir.

I. A palavra O, nas duas ocorrências, possuem classes gramaticais diferentes.

II. O verbo da primeira oração é transitivo direto.

III. SECAS e MORTAS, nas respectivas ocorrências, assumem valor adjetivo.

Está correto apenas o que se afirma em:

- a) I e III.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) II.
- e) III.

8. Seguindo as orientações de Cunha (2007) sobre acentuação gráfica, conclui-se que o vocábulo juiz não deve ser acentuado porque não se coloca acento agudo no i e no u quando, precedidos de vogal que com eles não forma ditongo, é seguido de l, m, n, r ou z que não iniciam sílabas. Obedece a essa mesma

orientação, portanto deve ser mantido sem acento gráfico, SOMENTE o vocábulo:

- a) contribuinte
- b) heroína
- c) raízes
- d) ruína
- e) juízo

9. O emprego do acento grave em “Às vezes, aparecem nos rostos sorrisos de confiança.” justifica-se pela mesma razão do que ocorre no seguinte exemplo:

- a) Entregou o documento às meninas.
- b) Manteve-se sempre fiel às suas convicções.
- c) Saiu, às pressas, mas não reclamou.
- d) Às experiências, dedicou sua vida.
- e) Deu um retorno às fãs.

10. A regência verbal segue a norma culta em

- a) Eles chegaram cedo na casa do amigo.
- b) Ela obedeceu o código penal.
- c) O grupo a informou que ela podia entrar no templo.
- d) O rapaz lhe aludiu àqueles detalhes.
- e) Eles preferiam muito mais brincar a trabalhar.

Noções de Informática

11. Um usuário deseja criar no Windows 10 as cinco pastas e subpastas, conforme apresentado a seguir:

C:\Trabalho\Financeiro

C:\Trabalho\ADM

C:\Trabalho\ADM\Almoxarife

C:\Trabalho\ADM\Patrimonio

C:\Trabalho\ADM\Relatorios

Considerando-se que todas as pastas sejam configuradas para guardar documentos e possuam permissão de escrita e leitura para todos os usuários da estação de trabalho, assinale a opção correta.

- a) A quinta estrutura apresentada não poderá ser criada, se as pastas forem criadas na ordem apresentada.
- b) A primeira estrutura apresentada será imune a pragas virtuais, devido ao fato de ser uma pasta raiz.
- c) É possível criar todas as pastas e subpastas apresentadas, mas não será possível inserir nas pastas e nas subpastas arquivos do tipo imagem.
- d) É possível criar a estrutura apresentada, mas, caso não haja proteção adequada, os arquivos

inseridos em todas as pastas e subpastas estarão suscetíveis a infecção por pragas virtuais.

e) Não é possível sincronizar essas pastas por meio de cloud storage, visto que armazenamentos na nuvem não suportam estrutura com subpastas.

12. Os mecanismos de proteção aos ambientes computacionais destinados a garantir a segurança da informação incluem

- a) controle de acesso físico, token e keyloggers
- b) assinatura digital, política de chaves e senhas, e honeypots.
- c) política de segurança, criptografia e rootkit.
- d) firewall, spyware e antivírus.
- e) adware, bloqueador de pop-ups e bloqueador de cookies.

13. Os softwares podem ser classificados basicamente como software de Sistema e Aplicação. Qual alternativa NÃO representa um software de Aplicação?

- a) Access.
- b) Word.
- c) Excel.
- d) Windows.
- e) PowerPoint.

14. Um programa de planilha eletrônica como Microsoft Excel permite realizar cálculos através de números e fórmulas armazenadas em células. Suponha as seguintes células preenchidas com números: A1=6, A2=5, A3=4, B1=3, B2=2, B3=1. Que valor será calculado e exibido na célula C3 caso esta tenha o conteúdo =SOMA(A2:B3)?

- a) 5
- b) 6
- c) 12
- d) 15
- e) 21

15. Digitalizar um documento é uma operação de _____ e pode ser realizada por meio de um periférico como _____ .

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas.

- a) saída de dados ... um scanner
- b) entrada de dados ... uma impressora
- c) transferência de dados ... um mouse
- d) entrada de dados ... um scanner
- e) saída de dados ... um display

Raciocínio Lógico

16. Durante uma operação policial, 15 homens foram detidos e transportados para a delegacia em três transportes, o primeiro com seis lugares, o segundo com cinco lugares e o terceiro com quatro lugares. O número de maneiras, que os detidos podem ser transportados para delegacia, é:

- a) C15,6 . C 15,5 . C15,4
- b) C15,6 . C 9,5 . C4,4
- c) A15,6 . A 15,5 . A15,4
- d) (P15) / (P 6+ P5 + P4)
- e) P6 . P5 . P4

17. Considere as premissas I, II e III.

I. Se Carlos é legista, então ele é médico.

II. Se Ana é perita criminal, então ela é policial civil.

III. Ana é policial civil e Carlos é legista.

Uma conclusão que pode ser indicada para que, juntamente com essas três premissas, se tenha um argumento válido é

- a) Carlos não é médico.
- b) Carlos é médico e Ana é perita criminal.
- c) Carlos é médico se, e somente se, Ana é perita criminal.
- d) Carlos é médico ou Ana não é perita criminal.
- e) Ana é perita criminal.

18. Considere que as seguintes afirmações são verdadeiras:

“Alguma candidata é médica.”

“Toda candidata é formada.”

Assim sendo, das opções abaixo, a única verdadeira é:

- a) Alguma candidata médica não é formada.
- b) Alguma candidata não médica não é formada.
- c) Alguma candidata formada é médica.
- d) Toda candidata médica não é formada.
- e) Toda candidata formada é médica.

19. A afirmação “não é verdade que, se Fátima é paraense, então Robson é carioca” é logicamente equivalente à afirmação:

- a) não é verdade que "Fátima é paraense ou Robson não é carioca".
- b) não é verdade que "Fátima não é paraense ou Robson é carioca".
- c) não é verdade que "Fátima não é paraense ou Robson não é carioca".
- d) é verdade que "Fátima é paraense e Robson é carioca".
- e) é verdade que "Fátima é paraense ou Robson é carioca".

20. Considerando a sequência formada pelas letras da palavra DIFÍCIL, a 348ª letra da sequência é:

DIFICILDIFICILDIFICILDIFICILDIFICIL

- a) D
- b) I
- c) C
- d) L
- e) F

Noções de Direito Administrativo

21. Sem ter sido aprovado em concurso público, um indivíduo foi contratado para exercer cargo em uma delegacia de polícia de determinado município, por ter contribuído na campanha política do agente contratante.

Nessa situação hipotética, ocorreu, precipuamente, violação do princípio da

- a) supremacia do interesse público.
- b) impessoalidade.
- c) eficiência.
- d) publicidade.
- e) indisponibilidade.

22. No que se refere à organização administrativa e aos institutos da centralização, da descentralização e da desconcentração, assinale a alternativa correta.

- a) A desconcentração administrativa efetua-se quando uma entidade administrativa transfere a outra pessoa jurídica a execução de um serviço público.
- b) A descentralização administrativa acontece quando a Administração Pública reparte internamente os respectivos órgãos em órgãos menores, de modo a levar o serviço público a todos que dele precisam.
- c) O serviço público prestado por concessionárias ou permissionárias é considerado centralizado.
- d) A desconcentração ocorre no âmbito de uma única pessoa jurídica.
- e) A descentralização envolve apenas uma pessoa jurídica.

23. No que se refere à organização da Administração Pública Direta e Indireta, assinale a alternativa correta.

- a) Há um controle pela Administração Direta, nas entidades da Administração Indireta, denominado controle hierárquico.

- b) Estatal lucrativa não está sujeita ao teto máximo de remuneração dos ministros do STF, ao se manter com os seus próprios recursos, sem orçamento do ente federativo criador.
- c) Conselhos que controlam as profissões possuem a natureza jurídica de empresas públicas.
- d) Não se concebe a autarquia o mesmo tratamento dos entes da federação em matéria de privilégio fiscal.
- e) As estatais possuem prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer.

24. Considere a situação em que a Administração Pública municipal edite um ato administrativo de permissão para que o administrado em certo local explore um parque de diversões. Posteriormente, surge a nova lei de zoneamento que se mostra incompatível com a permissão anteriormente concedida. Assinale a opção correta, no tocante à forma de extinção do ato administrativo.

- a) Cassação
- b) Caducidade
- c) Anulação
- d) Extinção Natural do ato
- e) Extinção Subjetiva

25. A respeito da anulação e revogação de atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- a) O ato administrativo inconveniente pode ser anulado pela Administração, a qualquer tempo.
- b) A anulação encontra fundamento no poder discricionário do administrador.
- c) Revogação é o desfazimento de um ato administrativo legítimo e eficaz, mas que se tornou inconveniente ao interesse público.
- d) A revogação produz efeitos ex tunc, ou seja, retroativos.
- e) A revogação pressupõe um vício de legalidade.

26. Se uma pessoa, maior e capaz, representar contra um delegado de polícia por ato de improbidade sabendo que ele é inocente, a sua conduta poderá ser considerada, conforme o disposto na Lei n.º 8.429/1992,

- a) crime, estando essa pessoa sujeita a detenção e multa.
- b) ilícito administrativo, por atipicidade penal da conduta.
- c) contravenção penal.
- d) crime, estando essa pessoa sujeita apenas a multa.

- e) crime, estando essa pessoa sujeita a reclusão e multa.

27. Foi veiculada na mídia a notícia de que um assessor parlamentar fora preso por desvio de dinheiro público. Com base na lei de improbidade administrativa, é correto afirmar que:

- a) os atos de improbidade administrativa que violam os princípios da administração previstos na lei de improbidade administrativa são taxativos, podendo ser cometidos de forma dolosa ou culposa.
- b) conforme a doutrina majoritária, as sanções que o assessor parlamentar com base na lei de improbidade administrativa são de natureza civil.
- c) o delito de improbidade administrativa, previsto na Lei n.º 8.429, é sempre de natureza comissiva, nunca omissiva.
- d) dentre as diversas penas previstas por lei, encontra-se a indisponibilidade dos bens do assessor, afastamento deste e o bloqueio de suas contas, além de outras que o juízo considerar conveniente.
- e) tal prisão decorreu da aplicação direta da Lei n.º 8.429, já que ela é uma lei que prevê punições de caráter penal, civil e administrativa.

28. Considerando a Lei n.º 9.784/1999, que regulamenta o processo administrativo, assinale a opção correta.

- a) O julgamento acatara o relatório da comissão, salvo quando contrário às provas dos autos.
- b) Pode ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos.
- c) A revisão administrativa pode resultar agravamento da sanção.
- d) O prazo do recurso no processo administrativo não se exclui o dia do começo e inclui-se o dia do vencimento.
- e) A delegação pode ser encarada como a possibilidade de o órgão administrativo de maior hierarquia arrogar-se competência de órgão hierarquicamente inferior.

29. A respeito do controle dos atos e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- a) No controle externo da administração financeira e orçamentária, os tribunais de contas devem realizar o controle prévio dos atos ou contratos da administração direta ou indireta

- b) É vedado ao Poder Judiciário realizar o controle de mérito de atos discricionários que não contrariarem qualquer princípio administrativo.
- c) O controle de legalidade ou legitimidade do ato administrativo, no sistema brasileiro, compete privativamente ao Poder Judiciário.
- d) No controle de legalidade ou de legitimidade, o ato administrativo ilegal só pode ser revogado.
- e) No controle administrativo, a administração pode anular seus próprios atos, mas não revogá-los.

30. No que se refere aos poderes da Administração Pública, é correto afirmar que:

- a) praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra a autoridade delegante caberá mandado de segurança, ou outra medida judicial, por ser detentora da competência originária.
- b) o Poder Hierárquico é o escalonamento vertical típico da administração direta. Desta forma, a aplicação de uma penalidade pelo poder executivo da União a uma concessionária de serviço público é uma forma de manifestação deste Poder.
- c) tanto a posição da doutrina, quanto da jurisprudência são pacíficas sobre a possibilidade de edição dos regulamentos autônomos, mesmo quando importarem em aumento de despesas.
- d) o Poder regulamentar deverá ser exercido nos limites legais, sem inovar no ordenamento jurídico, expedindo normas gerais e abstratas, permitindo a fiel execução das leis, minudenciando seus termos.
- e) decorre do Poder Hierárquico a punição de um aluno de uma universidade pública pelo seu reitor, uma vez que este é o chefe da autarquia educacional, sendo competência dele a punição dos alunos faltosos.

Noções de Direito Constitucional

31. Assinale a opção que apresenta um dos fundamentos da República Federativa do Brasil previsto expressamente na Constituição Federal de 1988.

- a) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa
- b) autodeterminação dos povos
- c) igualdade entre os estados
- d) erradicação da pobreza
- e) solução pacífica dos conflitos

32. A dignidade da pessoa humana é

- a) uma garantia da República Federativa do Brasil.

- b) um princípio da República Federativa do Brasil.
- c) um dos objetivos da República Federativa do Brasil.
- d) um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.
- e) um poder da República Federativa do Brasil.

33. Sobre os Direitos Sociais, assinale a alternativa correta.

- a) O acesso à justiça e a assistência jurídica integral e gratuita são direitos de prestações positivas.
- b) O direito à educação não impõe ao Poder Público o oferecimento de atendimento em creches e pré-escola, tão somente atendimento educacional aos maiores de cinco anos de idade.
- c) O Supremo Tribunal Federal entende que a penhora de imóvel utilizado para fins de residência do fiador, no contrato de locação, ofende o direito de moradia.
- d) O princípio da proibição do retrocesso não impede que, em termos de direitos fundamentais de caráter social, sejam desconstituídas as conquistas já alcançadas pelo cidadão ou pela formação social em que ele vive.
- e) Há direito absoluto a todo e qualquer procedimento necessário para a proteção, promoção e recuperação da saúde.

34. “Os elementos clássicos de um Estado são seu território, sua soberania e seu povo. Para a formação deste último, é necessário que se estabeleça um vínculo político e pessoal entre o Estado e o indivíduo. É a nacionalidade que efetiva tal conexão e faz com que uma pessoa integre dada comunidade política. Portanto, é natural e necessário que o Estado distinga o nacional do estrangeiro para diversos fins”. (Mendes, 2016)

Assinale a assertiva correta de acordo com o direito de nacionalidade.

- a) O brasileiro nato nunca poderá perder a nacionalidade.
- b) A nacionalidade pode ser adquirida de forma originária ou secundária.
- c) Os estrangeiros dispõem de direitos políticos.
- d) O brasileiro nato pode se extraditado caso pratique tráfico internacional de entorpecentes e drogas afins.
- e) Pelo critério de determinação jus sanguinis, o indivíduo é nacional se nascido em território específico.

35. Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.

- a) São inalistáveis os estrangeiros, os conscritos, durante o período militar obrigatório, e os analfabetos.
- b) A improbidade administrativa é causa de perda do direitos políticos.
- c) O alistamento e o voto são facultativos para os analfabetos e os maiores de sessenta anos.
- d) Os analfabetos são inelegíveis e inalistáveis.
- e) Todo inalistável é inelegível, mas nem todo inelegível é inalistável.

36. Assinale a opção correta a respeito da organização dos poderes e do sistema de freios e contrapesos no direito constitucional pátrio.

- a) Adotada por diversos países, entre eles o Brasil, a ideia de tripartição dos poderes do Estado em segmentos distintos e autônomos entre si — Legislativo, Executivo e Judiciário — foi concebida por Aristóteles.
- b) A atividade legislativa e a de julgar o presidente da República nos crimes de responsabilidade são funções típicas do Poder Legislativo.
- c) Constitui exemplo de mecanismo de freios e contrapesos a possibilidade de rejeição, pelo Congresso Nacional, de medida provisória editada pelo presidente da República.
- d) As expressões poder, função e órgão são sinônimas.
- e) A CF adotou o princípio da indelegabilidade de atribuições de forma absoluta, inexistindo qualquer exceção a essa regra.

37. Quanto ao Poder Legislativo, ao Poder Executivo, à federação brasileira e aos direitos e às garantias fundamentais, é correto afirmar que

- a) a federação brasileira se compõe dos seguintes entes federativos: União, estados, Distrito Federal, municípios e territórios.
- b) a decretação de interceptação telefônica nem sempre se sujeita à reserva de jurisdição.
- c) são chamados de princípios constitucionais impassíveis aqueles que autorizam a requisição da intervenção federal por parte do Supremo Tribunal Federal (STF).
- d) cabe ao Congresso Nacional autorizar o presidente da República a se ausentar do país quando a ausência exceder a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

- e) se admite o direito de secessão no Brasil.

38. Acerca do Poder Judiciário e das funções essenciais à justiça, assinale a alternativa correta.

- a) Membro do Ministério Público não poderá exercer advocacia no juízo ou em tribunal do qual se afastou antes de decorridos 3 anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- b) Compete à Justiça Militar julgar os crimes políticos.
- c) Os deputados e os senadores são julgados, nas infrações comuns, pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
- d) As sessões administrativas dos tribunais serão motivadas, mas sempre fechadas ao público em geral.
- e) O juiz titular prescinde de autorização do tribunal para não residir na comarca em que atua.

39. A segurança pública é dever do Estado e direito e responsabilidade de todos. É exercida pela Polícia Federal e por outros órgãos, com base na Constituição Federal, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. Acerca desse tema, assinale a alternativa correta.

- a) Juntamente com a Polícia Civil, cabe à Polícia Federal exercer funções de Polícia Judiciária da União.
- b) A Polícia Federal é um órgão permanente, organizado e mantido pela União, e estruturado em carreira que se destina, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais.
- c) As Polícias Federais, Militares e os Corpos de Bombeiros Militares, as forças auxiliares e a reserva do Exército subordinam-se, juntamente com as Polícias Cíveis, aos governadores dos estados, do Distrito Federal e dos territórios.
- d) À Polícia Federal cabe apurar as infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas.
- e) Às Polícias Cíveis incumbe, ressalvada a competência da União, a apuração de infrações penais, incluindo as militares.

40. Sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência, a Carta Magna estabelece que

prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, é uma competência da

- a) Polícia Rodoviária Federal.
- b) Polícia Civil.
- c) Polícia Militar.
- d) Guarda Municipal.
- e) Polícia Federal.

Noções de Direito Penal

41. Considerando os aspectos legais, doutrinários e jurisprudenciais sobre a infração penal quanto aos elementos constitutivos, às espécies e aos sujeitos, bem como à ilicitude, às excludentes e ao excesso punível, à consumação e tentativa e ao concurso de pessoas, assinale a opção correta.

- a) O concurso de agentes na realização de um crime pressupõe sempre o prévio ajuste de vontades na consecução de um resultado danoso desejado por todos.
- b) Não será punível o excesso de legítima defesa se a pessoa usar energia exagerada para repelir uma agressão atual ou iminente, porque, em tais casos, não se pode exigir do homem médio agir moderadamente quando tomado de violenta emoção.
- c) Diz-se antijurídica e, portanto, punível a título doloso toda conduta contrária ao direito, ainda que praticada na crença sincera de se estar agindo com amparo em causa excludente de ilicitude.
- d) São exemplos de excludentes de ilicitude a coação moral irresistível, a legítima defesa, o estado de necessidade e o exercício regular de um direito.
- e) Nos crimes materiais, a consumação só ocorre ante a produção do resultado naturalístico, enquanto que, nos crimes formais, este resultado é dispensável.

42. Sobre a participação em sentido estrito, é correto afirmar que:

- a) adota-se, no Brasil, a teoria da acessoriedade máxima.
- b) o auxílio material é ato de participação em sentido estrito, ao passo em que a instigação é conduta de autor.
- c) assume a condição de partícipe aquele que executa o crime, salvo quando adotada a teoria subjetiva.
- d) não há participação culposa em crime doloso.

e) na teoria do domínio do fato, partícipe é a figura central do acontecer típico.

43. Bráulio, inconformado com uma mensagem privada de conteúdo romântico observada no aparelho de telefonia celular de sua namorada, decide dele se apossar como vingança. Contudo, enfrenta oposição da namorada, que se posta entre o autor e o aparelho. Assim, Bráulio, para assegurar seu intento, empurra com violência a namorada contra a parede, ferindo-a levemente. Assegurando a posse do telefone, Bráulio deixa a casa da namorada, vai até um terreno baldio e, pegando uma grande pedra que ali se encontra, com ela golpeia o aparelho, de modo a torná-lo inservível, o que era sua intenção desde o início. Analisando o caso proposto, assinale a opção que corretamente realiza a subsunção do comportamento do autor à norma penal.

- a) Dano qualificado
- b) Furto e lesão corporal.
- c) Lesão corporal.
- d) Roubo
- e) Dano qualificado e lesão corporal.

44. Sobre os crimes contra o patrimônio, assinale a alternativa correta.

- a) O crime de apropriação indébita pressupõe a posse ou detenção lícita, mas vigiada, do agente sobre coisa móvel alheia, com subsequente inversão do título da posse ou detenção.
- b) Só se configura crime de estelionato quanto há prejuízo patrimonial a outrem, consistente em perder o que já se possui ou em deixar de ganhar o que é devido, não bastando a mera obtenção de uma vantagem indevida pelo agente.
- c) Ocorre alienação ou oneração fraudulenta de coisa própria quando o agente vende coisa de sua propriedade, todavia inalienável, crime do qual participa o adquirente que, cientificado de todas as circunstâncias que envolvem o negócio, opta por efetivá-lo.
- d) Constitui crime de esbulho possessório o ingresso clandestino de duas pessoas em edifício alheio, com a finalidade de usurpá-lo.
- e) Pratica crime de apropriação de coisa achada aquele que se apossa de uma carteira esquecida por colega sobre a mesa por este usada no escritório em que ambos trabalham.

45. Configura estupro de vulnerável a(o):

- a) manutenção de relações sexuais com pessoa desacordada em virtude de severa embriaguez, ainda que a vítima, depois de concluída a conduta e ao recuperar sua consciência, passe a consentir para com o ato libidinoso.
- b) indução de menor de 14 anos a presenciar a prática de atos libidinosos, a fim de satisfazer a lascívia de outrem.
- c) constrangimento, mediante violência, de pessoa portadora de enfermidade mental à prática de conjunção carnal, ainda que a vítima tenha o necessário discernimento para a prática do ato sexual.
- d) assédio, no ambiente de trabalho de adolescente aprendiz, que conte com 16 anos de idade, visando a obter favorecimento de natureza sexual.
- e) prática de sexo anal consentido com adolescente de 14 anos de idade que esteja submetido à prostituição.

46. Considere que José tenha subtraído dinheiro de Manoel, após lhe impossibilitar a resistência. Nessa situação hipotética, fica caracterizada a causa de aumento de pena se José tiver cometido o crime

- a) com emprego de chave falsa.
- b) com restrição da liberdade de Manoel.
- c) com destruição de obstáculo à subtração do dinheiro.
- d) mediante fraude, escalada ou destreza.
- e) durante o repouso noturno.

47. Com referência à tipificação das diversas modalidades de crimes e ao processamento desses crimes, assinale a opção correta.

- a) Configura-se o peculato na modalidade de desvio quando o servidor público, consciente e voluntariamente, desvia, em proveito próprio ou de terceiro, verba que detém em razão do cargo que ocupa na sua repartição.
- b) Não constitui causa especial de aumento de pena a prática de lesões corporais contra cônjuge ou companheiro(a) de policial civil ou militar em razão dessa condição.
- c) O assassinato da esposa ou companheira será classificado como feminicídio apenas quando for praticado no ambiente doméstico e familiar, sujeitando o infrator à pena de doze a trinta anos de reclusão.
- d) Consoante a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, reputa-se tentado o latrocínio quando há a morte da vítima, mas o agente não

logra obter a subtração da res furtiva pretendida por circunstâncias alheias à sua vontade.

- e) O crime de estupro de vulnerável constitui ação penal pública condicionada à representação da pessoa ofendida, que deve estar assistida pelo seu representante legal.

48. Assinale a opção correta com relação a crimes contra a administração pública.

- a) Policial que exigir propina para liberar a passagem de pessoas por uma estrada cometerá corrupção passiva.
- b) O agente penitenciário que não recolher aparelhos celulares de pessoas em privação de liberdade cometerá crime de condescendência criminosa.
- c) Um governador que ordenar a aquisição de viaturas policiais e o pagamento destas com recurso legalmente destinado à educação infantil cometerá o crime de peculato.
- d) Se forem ocupantes de cargos em comissão ou de função de direção ou assessoramento de órgão da administração direta, sociedade de economia mista, empresa pública ou fundação instituída pelo poder público, os autores de crimes contra a administração pública terão direito a redução de suas penas.
- e) A circunstância de funcionário público é comunicável a particular que cometa o crime sabendo dessa condição especial do funcionário.

49. Pedro, delegado de polícia, desviou, em proveito alheio, um aparelho celular cujo dono não fora encontrado e cuja posse detivera, como produto de furto, em investigação sob seu comando. Com base nessa situação hipotética, assinale a alternativa correta.

- a) Pedro deverá responder pela prática de crime de prevaricação.
- b) Trata-se de crime de furto.
- c) Trata-se de conduta atípica.
- d) Pedro praticou concussão.
- e) A conduta de Pedro caracteriza-se como peculato.

50. Os advogados Antônio e Marcelo solicitaram e receberam R\$ 19.000,00 de um de seus clientes a pretexto de influir no juiz do processo. Com base nesse caso hipotético, restou caracterizado o delito de

- a) denúncia caluniosa.
- b) advocacia administrativa.
- c) corrupção ativa.

- d) exploração de prestígio.
- e) condescendência criminosa.

Noções de Direito Processual Penal

51. A respeito do IP, assinale a opção correta.

- a) O delegado de polícia, se estiver convencido da ausência de elementos suficientes para imputar autoria a determinada pessoa, deverá mandar arquivar o IP, podendo desarquivá-lo se surgir prova nova.
- b) O IP é presidido pelo delegado de polícia sob a supervisão direta do MP, que poderá intervir a qualquer tempo para determinar a realização de perícias ou diligências.
- c) A atividade investigatória de crimes não é exclusiva da polícia judiciária, podendo ser eventualmente presidida por outras autoridades, conforme dispuser a lei especial.
- d) O IP é indispensável para o oferecimento da denúncia; o promotor de justiça não poderá denunciar o réu sem esse procedimento investigatório prévio.
- e) O IP é peça indispensável à propositura da ação penal pública incondicionada, sob pena de nulidade, e deve assegurar as garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

52. Sobre inquérito, assinale a opção correta.

- a) Por ser o inquérito sigiloso, quando por imperiosa razão de ordem pública for, fundamentadamente, decretado o segredo, o advogado não terá acesso às diligências documentadas nos autos do inquérito.
- b) O inquérito é um procedimento administrativo, que embora admita o exercício de alguns direitos de defesa e de informação ao indiciado, tem natureza acusatória, é sigiloso e desprovido de ampla defesa e contraditório.
- c) A Constituição de 1988 institui o sistema acusatório, impondo a separação das funções de investigar, acusar, defender e julgar. Porém, isso não faz da polícia judiciária uma função essencial à justiça por não ser da essência e estrutura do sistema acusatório.
- d) O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, ou seja, delegado de polícia, não cabendo ao Ministério Público, mesmo nos casos de requisição de sua instauração por parte do Parquet, definir o indiciamento.
- e) Nos casos de indiciado solto, o inquérito policial, nos termos do código de processo penal, deverá ser encerrado em 90 dias.

53. Sabendo que o inquérito policial é um procedimento administrativo para angariar provas sobre a materialidade e a autoria de uma infração penal, e que quando concluído será encaminhado para os seus destinatários imediato e mediato, é correto afirmar que:

- a) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- b) nos crimes de ação pública, os autos do inquéritos serão remetidos ao juízo competente, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.
- c) depois de ordenado o arquivamento do inquérito pela autoridade competente, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial não poderá proceder a novas pesquisas, se de outras provas tiver notícia.
- d) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito policial.
- e) o ofendido, ou seu representante legal e o indiciado não poderão requerer qualquer diligência durante a fase de inquérito policial.

54. A Polícia é uma instituição de direito público, destinada a manter e a recobrar, junto à sociedade e na medida dos recursos de que dispõe, a paz pública e a segurança dos cidadãos. Entre outras medidas, a Polícia Judiciária utiliza-se do inquérito policial para a concretização de uma das fases da persecução penal, tornando-o, apesar de prescindível, um procedimento inquisitorial de grande relevância para a atividade investigativa. Com base nessas informações, acerca do inquérito policial, assinale a alternativa correta.

- a) A autoridade policial pode arquivar autos de inquérito policial, conforme o Código de Processo Penal.
- b) A ausência do relatório vicia o inquérito policial, pois é parte integrante e imprescindível para a constituição dos elementos de indiciamento.
- c) A condução da linha investigativa, por meio da intervenção nos atos de produção da prova pelo advogado, afeta a discricionariedade da autoridade policial.
- d) A autoridade policial é titular da opinio delicti, portanto, o indiciamento delimita os termos da acusação.
- e) O inquérito policial é disponível, portanto, conforme o Código de Processo Penal, a

autoridade policial pode arquivá-lo por iniciativa própria.

55. Sobre ação penal é correto afirmar que:

- a) a ação penal privada, em certos casos é personalíssima, só podendo o delegado de polícia instaurar inquérito, exclusivamente, no caso de requerimento do próprio ofendido.
- b) na ação penal subsidiária da pública, quando o querelado deixa de comparecer aos atos do processo, ocorre a perempção.
- c) quanto ao exercício, classifica-se em pública incondicionada, condicionada a representação do ofendido ou a resolução do Ministério da Justiça.
- d) na ação penal privada o querelante tem legitimidade ordinária.
- e) a ação penal pública rege-se pelos princípios da obrigatoriedade e disponibilidade, enquanto a privada rege-se pela oportunidade e indivisibilidade.

56. Em consonância com a doutrina majoritária e com o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta acerca dos sistemas e princípios do processo penal.

- a) O princípio da obrigatoriedade deverá ser observado tanto na ação penal pública quanto na ação penal privada.
- b) O princípio da verdade real vigora de forma absoluta no processo penal brasileiro.
- c) Na ação penal pública, o princípio da igualdade das armas é mitigado pelo princípio da oficialidade.
- d) O sistema processual acusatório não restringe a ingerência, de ofício, do magistrado antes da fase processual da persecução penal.
- e) No sistema processual inquisitivo, o processo é público; a confissão é elemento suficiente para a condenação; e as funções de acusação e julgamento são atribuídas a pessoas distintas.

57. Conforme o Código de Processo Penal (CPP), pode ocorrer a decadência na

- a) ação penal pública condicionada a representação do ofendido ou de seu representante legal.
- b) ação penal privada subsidiária da pública em que o Ministério Público retome a ação como parte principal.
- c) ação penal pública incondicionada.
- d) ação penal pública condicionada a requisição do ministro da Justiça.

e) E ação penal por crime praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União.

58. Em relação ao tema prisão, é correto afirmar que

- a) o emprego de força para a realização da prisão será permitido sempre que a autoridade policial julgar necessário, não existindo restrição legal.
- b) a prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade de domicílio.
- c) a prisão cautelar somente ocorre durante o inquérito policial.
- d) em todas as suas hipóteses, é imprescindível a existência de mandado judicial prévio.
- e) a prisão preventiva somente ocorre durante o processo judicial.

59. Quanto à prisão processual de natureza cautelar, é correto afirmar:

- a) A prisão após o trânsito em julgado da condenação pode ser decretada a título cautelar, em face da execução da pena imposta.
- b) A privação cautelar da liberdade individual, qualquer que seja a modalidade autorizada pelo ordenamento positivo, se traduz em execução provisória da futura condenação.
- c) Revela-se absolutamente constitucional a utilização, com fins punitivos, da prisão cautelar, pois esta pode se destinar a punir o indiciado.
- d) Os elementos próprios à tipologia, bem como as circunstâncias da prática delituosa, são suficientes para respaldar a prisão preventiva.
- e) Réu que não comparece à delegacia de polícia para depoimento, não autoriza a custódia cautelar.

60. Assinale a alternativa correta acerca da Lei Maria da Penha.

- a) No atendimento à vítima de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.
- b) São inadmissíveis, como meios de prova, os laudos ou prontuários médicos fornecidos por postos de saúde.
- c) No atendimento à vítima de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá simplesmente determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida, ficando a cargo do juiz e do promotor requisitar outros exames periciais necessários.

- d) As medidas protetivas de urgência não poderão ser concedidas de ofício pelo juiz, isto é, independentemente de requerimento da ofendida.
- e) É defeso ao juiz aplicar, de imediato, ao agressor, a medida protetiva de suspensão da posse ou restrição do porte de armas.

Legislação de Direito Penal e Processual Penal Especial

61. A Lei nº 11.343/06 (Drogas) estabelece que

- a) o artigo 28 dessa Lei não mais prevê pena corporal para o usuário de drogas e não mais considera crime a conduta de quem é surpreendido usando drogas.
- b) o crime de associação para o tráfico de drogas exige a presença de pelo menos quatro agentes, podendo haver, dentre eles, menores de idade.
- c) a conduta daquele que semeia ou cultiva plantas que constituam matéria prima para a preparação de drogas, sem autorização legal, não caracteriza crime regulado por essa Lei, mas sim crime ambiental.
- d) o agente que oferece drogas de forma gratuita para terceiro consumir, não pratica o crime do artigo 33 dessa Lei, o qual exige lucro.
- e) o agente primário, de bons antecedentes e que não integre organizações criminosas e nem se dedique a atividades criminosas, condenado por tráfico de drogas, poderá ter sua pena reduzida até 2/3.

62. Quanto à legislação a respeito do crime de tortura, assinale a opção correta.

- a) A condenação por crime de tortura acarreta a perda do cargo, função ou emprego público, mas não a interdição para seu exercício.
- b) Não se aplica a lei de tortura se do fato definido como crime de tortura resultar a morte da vítima.
- c) O condenado por crime previsto na lei de tortura inicia o cumprimento da pena em regime semiaberto ou fechado, vedado o cumprimento da pena no regime inicial aberto.
- d) Aquele que se omite em face de conduta tipificada como crime de tortura, tendo o dever de evitá-la ou apurá-la, é punido com as mesmas penas do autor do crime de tortura.
- e) Pratica crime de tortura a autoridade policial que constrange alguém, mediante emprego de grave ameaça e causando-lhe sofrimento mental, com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

63. Dentre as alternativas sobre o Estatuto do Desarmamento (Lei nº 10.826), marque a alternativa CORRETA.

- a) É obrigatório o registro de arma de fogo no departamento de Polícia Federal e no Ministério do Exército.
- b) Somente é possível adquirir arma de fogo no Brasil os integrantes das forças armadas e das guardas municipais.
- c) Perde a autorização de porte de arma de fogo, o portador dela, que for detido sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.
- d) Não há qualquer ilicitude possuir arma de fogo sem registro, desde que seja na sua residência.
- e) A empresa, no Brasil, que comercializa arma de fogo não poderá comunicar a venda daquele produto as autoridades competentes, pois é fato sigiloso.

64. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 2006, é correto afirmar como procedimento a ser adotado pela autoridade policial, sem prejuízo daqueles previstos no Código de Processo Penal:

- a) Determinar a suspensão da posse ou restrição do porte de armas do agressor.
- b) Determinar a proibição ao agressor de aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor.
- c) Determinar ao agressor o afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida.
- d) Determinar a proibição ao agressor o contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação.
- e) Determinar que se proceda o exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários.

65. Acerca dos crimes contra a fauna e a flora, assinale a alternativa incorreta.

- a) Pune-se criminalmente a pesca praticada em período no qual seja esta proibida ou praticada em lugares interditados por órgão competente.
- b) Para o exercício da caça, é obrigatória a devida licença ou autorização, expedida pela autoridade competente, além do que, quando efetuada com arma de fogo, necessário se faz o porte de arma emitido pela Polícia Federal.
- c) Proíbem-se as práticas que impedem a procriação da fauna sem licença.

- d) Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente em formação não infringe norma de proteção contra a flora.
- e) Configura crime contra o meio ambiente introduzir espécie animal no país sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida por autoridade competente.

66. Acerca do Estatuto do idoso, Lei nº 10.741, de 2003, é correto afirmar que:

- a) constitui crime discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade.
- b) constitui crime deixar de prestar assistência ao idoso, mesmo quando impossível fazê-lo sem risco pessoal.
- c) o Estatuto do idoso é destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos.
- d) admite-se possibilidade de cobrança de valores diferenciados em razão da idade, sem a caracterização da discriminação do idoso.
- e) a limitação expressa no edital concurso público para o provimento de cargo efetivo, quanto ao limite de idade, afasta a incidência da prática do crime de obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade.

67. Em face da Lei nº 8.072/90 (Crimes hediondos) não são considerados crimes hediondos:

- a) perigo de contágio de moléstia grave e homicídio simples.
- b) latrocínio e falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produtos para fins terapêuticos ou medicinais.
- c) homicídio qualificado e causar epidemia com resultado morte.
- d) estupro e extorsão mediante sequestro na forma qualificada.
- e) genocídio e extorsão qualificada pela morte.

68. Constitui um dos requisitos para que seja admitida a interceptação telefônica, segundo a Lei n.º 9.296/1996, o(a)

- a) fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.
- b) existência de indícios razoáveis da participação em infração penal.

- c) fato investigado constituir infração penal punida com pena de multa.
- d) indício razoável da autoria em contravenção penal.
- e) possibilidade de a prova poder ser feita por outros meios disponíveis.

69. Baseados na Lei nº. 12.037/2009 NÃO será necessário ocorrer identificação criminal quando:

- a) o documento apresentar rasura.
- b) o documento apresentado for suficiente para identificar cabalmente o indiciado.
- c) o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si.
- d) constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações.
- e) o documento apresentado tiver indícios de falsificação.

70. Sobre a Lei nº 12.830/2013, que dispõe sobre a investigação criminal conduzida pelo delegado de polícia, assinale a alternativa correta:

- a) As funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais exercidas pelo delegado de polícia são de natureza jurídica e essenciais, porém, não exclusivas de Estado.
- b) Ao delegado de polícia, na qualidade de autoridade policial, cabe a condução da investigação criminal somente por meio de inquérito policial, que tem como objetivo a apuração das circunstâncias, da materialidade e da autoria das infrações penais.
- c) Durante a investigação criminal, cabe ao delegado de polícia representar ao juiz para a realização de perícias, obtenção de informações, documentos e dados que interessem à apuração dos fatos.
- d) A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.
- e) Em nenhuma hipótese, o inquérito policial ou outro procedimento previsto em lei em curso poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico.

Noções de Medicina Legal

71. No que diz respeito às perícias e aos peritos é correto afirmar que:

- a) não pode ser realizada perícia em objetos falsificados.

- b) os peritos estão isentos de responsabilidade civil decorrente de dolo ou culpa.
- c) armas de fogo com numeração suprimida, raspada ou adulterada são isentas de perícia.
- d) os peritos podem ser responsabilizados criminalmente por atos no exercício da função.
- e) o Delegado de Polícia não pode requisitar uma perícia médico-legal.

72. Em relação aos atos e documentos médico-legais, é correto afirmar:

- a) Consulta médico-legal é o atendimento realizado pelo perito no setor de necropsias.
- b) Os atestados judiciais são os únicos que têm importância administrativa.
- c) A etapa do relatório conhecida como “Descrição” é a parte mais importante do relatório médico-legal.
- d) Os legistas devem afirmar a causa jurídica da morte no atestado de óbito.
- e) A consulta médica é a resposta a um parecer médico-legal.

73. O tipo de morte em que não se tem evidência de que tenha sido ocasionada por causas naturais ou por causas violentas denomina-se

- a) morte suspeita.
- b) morte agônica.
- c) morte clínica.
- d) morte cerebral.
- e) morte súbita.

74. Homem de 25 anos de idade, internado na UTI (Unidade de Terapia Intensiva), em coma há 5 meses por trauma craniocéfálico secundário a atropelamento, morre por tromboembolia pulmonar decorrente da estase sanguínea pela imobilidade prolongada. A natureza da morte e a instituição que deverá emitir a declaração de óbito são, respectivamente:

- a) violenta; Instituto Médico Legal.
- b) natural; Instituto Médico Legal.
- c) violenta; hospital de internação.
- d) natural; Serviço de Verificação de Óbitos.
- e) violenta; Serviço de Verificação de Óbitos.

75. Na investigação de infanticídio, a perícia pode contribuir com o estudo da docimasia, que tem como objetivo esclarecer:

- a) se houve vida extrauterina.
- b) se houve aspiração meconial.
- c) o período gestacional.

- d) se houve crime de aborto.
- e) se houve sofrimento fetal por infecção.

76. Na necropsia de vítima de morte violenta, a identificação de multiplicidade de lesões caracteriza como pouco provável a seguinte causa jurídica de morte:

- a) latrocínio.
- b) acidente.
- c) suicídio.
- d) homicídio.
- e) infanticídio.

77. Desenterramento de cadáver com a finalidade de atender aos reclamos da justiça na averiguação da exata causa de morte é a definição de

- a) averiguação.
- b) acareação.
- c) reconhecimento.
- d) inumação.
- e) exumação.

78. Assinale a alternativa que apresenta um fenômeno cadavérico de ordem física.

- a) livor hipostático
- b) espasmo cadavérico
- c) autólise
- d) putrefação
- e) rigidez muscular

79. Sobre a traumatologia forense, pode-se afirmar que este ramo da Medicina Legal estuda principalmente:

- a) os crimes contra a dignidade sexual.
- b) a gravidez, aborto e infanticídio.
- c) questões voltadas ao vínculo entre familiares.
- d) a identidade e identificação da vítima.
- e) as lesões corporais e as energias causadoras do dano.

80. A narração escrita de todas as circunstâncias de uma perícia médica, determinada por uma autoridade policial ou judiciária a um profissional previamente nomeado e comprometido na forma da lei, denomina-se

- a) auto pericial.
- b) relatório médico-legal.
- c) parecer médico-legal.
- d) notificação pericial.
- e) consulta médico-legal.

Gabarito

1. E	2. C	3. E	4. D	5. A	6. B	7. A	8. A	9. C	10. E
11. D	12. B	13. D	14. C	15. D	16. B	17. D	18. C	19. B	20. C
21. B	22. D	23. B	24. B	25. C	26. A	27. B	28. A	29. B	30. D
31. A	32. D	33. A	34. B	35. E	36. C	37. D	38. A	39. D	40. E
41. E	42. D	43. E	44. B	45. A	46. B	47. A	48. E	49. E	50. D
51. C	52. D	53. A	54. C	55. A	56. C	57. A	58. B	59. E	60. A
61. E	62. E	63. C	64. E	65. D	66. A	67. A	68. B	69. B	70. D
71. D	72. C	73. A	74. A	75. A	76. C	77. E	78. A	79. E	80. B

Como foi?

Acertou várias?

Esperamos que sim!

Leia e releia as questões que você errou.

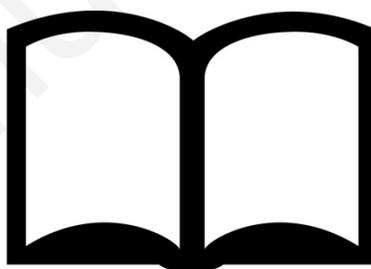
Abaixo temos o gabarito comentado para auxiliá-lo nos seus futuros desempenhos.

Avalie-nos quanto a esse Simulado.

Fique a vontade para sugerir novas provas!

Obrigado por confiar em nós.

Rumo à Aprovação!



SIMULADOSBR

ESTUDE COM A GENTE!

Gabarito Comentado

1. O único item errado é o II - Em nenhum momento é dito "que o desenvolvimento trouxe felicidade."; Item I, correto - "teremos saudades do matão, do luar do sertão, da Rádio Nacional, do acendedor de lampiões da rua, dos candeeiros"; Item III, correto - "O apagão nos dará medo, o que poderá nos fazer migrar das grandes cidades, deixando para trás as avenidas secas e mortas." e ainda "apagão nos fará inseguros na rua, mas, talvez, mais amigos nos lares e bares."

2. Letra A: o texto faz mais referências ao futuro: "O apagão será...", "O apagão nos mostrará...". Letra B: o texto utiliza palavras como "hidra-universo", "feerie"; termos em inglês, que talvez não sejam conhecidos pela maioria das pessoas. Letras D e E: a começar pelo título, o texto é repleto de trechos com linguagem figurada: "O apagão poderá nos trazer alguma luz", "as gargalhadas das colunas sociais serão menos luminosas, nossos flashes, menos gloriosos."

3. Letra A: a palavra "a" em "a euforia" é artigo definido no gênero feminino. Letra B: falsificado é adjetivo, e, se deslocá-lo para outro substantivo, o sentido será modificado. Letra C: belíssima é adjetivo no grau superlativo absoluto sintético. Letra D: esses dois adjetivos se referem ao substantivo infelicidade, e não euforia. Letra E: o verbo ruir pode ser sim considerado como sinônimo de cair, no contexto dessa frase.

4. Letra A: errada, pois forma um paralelismo entre elas. Letra B: não são orações subordinadas, pois não estão ligadas por conjunções, como também não se subordinam a outra. Na terceira apresenta uma conjunção adversativa, que é coordenativa Letra C: "Não tivemos revolução" o sujeito é elíptico, logo é "Nós", portanto a concordância está certa. Letra D: correta, pede complemento sem preposição. Letra E: não está na voz passiva sintética.

5. Letra A: como tem uma vírgula antes, o pronome não poderia vir com próclise. Letra B: o "que" atrai o pronome, por isso está errado fazer a ênclise. Letra C: não se começa frase com pronome oblíquo. Letra D: "onde" é usado para lugar, o "que" só pode substituir o "onde" se indicar lugar e for precedido da preposição "em", ficaria "em que". Letra E: mesma situação da letra D.

6. Linguagem conotativa é a linguagem simbólica, figurada, utilizada principalmente em textos literários. Quando dizemos "meu coração está em chamas", estamos utilizando o sentido conotativo, figurado, para expressar um sentimento.

7. Afirmativa I: em "o apagão", o "o" é artigo. Em "o que poderá nos fazer...", o "o" que assume função de pronome relativo. Afirmativa II: na frase "O apagão nos dará medo", o verbo dar é transitivo direto e indireto (VTDI), sendo medo o objeto direto e nos objeto indireto. Quem dá, dá algo (objeto direto, no caso é

medo) a alguém (objeto indireto, no caso é o pronome nos, que significa a nós).
Afirmativa III: secas e mortas adjetivam o substantivo avenidas.

8. Con-tri-bu-in-te: é precedido de vogal, não forma ditongo, é seguido de n e este n não inicia uma nova sílaba.

9. A crase é obrigatória em locuções prepositivas, adverbiais ou conjuntivas (femininas). Ex.: à queima roupa, às cegas, às vezes, às pressas, à medida que, à proporção que.

10. Letra A: "a" casa. Letra B: "ao" código. Letra C: "de" que. Letra D: o emprego do objeto indireto "lhe", no caso, é proibido.

11. Letra A: não importa a ordem, tanto faz para o windows. Letra B: nada no mundo da informática será imune a pragas virtuais. Letra C: pode ser criada todas as pastas e também colocar qualquer arquivos, fotos, vídeos, entre outros. Letra E: o Cloud Storage suporta armazenamentos na nuvens com subpastas.

12. Honeybot é uma ferramenta ou sistema criado com objetivo de enganar um atacante e fazê-lo pensar que conseguiu invadir o sistema, quando na realidade, ele está em um ambiente simulado, tendo todos os seus passos vigiados. Keylogger vigia o que é teclado (é espião), rootkit esconde execuções maliciosas na raiz da máquina, spyware é outro tipo de espião e adware invasão de publicidade sem permissão.

13. Windows = software de sistema que é responsável pelo gerenciamento do hardware pela interface com o usuário. Estabelece a plataforma sobre a qual os programas são executados.

14. A fórmula =SOMA(A2:B3) irá excluir do resultado as células pertencentes a linha 1 da planilha. Ou seja, as células A1 e B1 não serão incluídas na soma.

15. O dispositivo de scanner coleta dados e envia para o computador.

16. T1 = 15 homens para 6 lugares . Logo T1= C15,6.

T2 = como já combinamos os 15 homens para os seis lugares, só sobraram agora 9 homens para 5 lugares. Logo T2 = C9,5.

T3 = como já combinamos os 9 homens para os cinco lugares, só sobraram agora 4 homens para 4 lugares. Logo T3 = C4,4.

17. 1º passo: considere a conclusão falsa e as premissas verdadeiras (lembrando que: para a "disjunção" ser falsa devemos negar as duas proposições); 2º passo: se não houver contradição, então o argumento é, realmente, inválido; 3º passo: havendo contradição, ou seja, pelo menos uma premissa falsa, então o argumento será válido, e foi isso que aconteceu na 'terceira' premissa da questão.

18. Com o enunciado: “Alguma candidata é médica.” e “Toda candidata é formada” já percebe-se que toda vez que for colocada na mesma situação a pessoa ser candidata e ser formada não poderá acontecer o termo “não”, ou seja, se falar que a pessoa é candidata e não é formada já está errada devido a sentença “Toda candidata é formada” com isso eliminamos a letra A, B e D sobrando C e E. Elimina-se a letra E porque ela vai de forma contrária o que diz na sentença “Alguma candidata é médica”, pois mesmo que toda candidata seja formada não quer dizer que todas serão médicas.

19. 1: $p \rightarrow q = \sim q \rightarrow \sim p$

2: $p \rightarrow q = \sim p \vee q$

Basta analisar as alternativas e manter a parte do “não é verdade que” e usar a equivalência da condicional 2 para encontrar a alternativa B. O “não é verdade que” não altera em nada, neste caso, a resolução da questão.

20. Conte o número de letras da palavra DIFÍCIL (7), a questão pede a posição 348. Divida o número $348 / 7 = 49$ --> sobrando o resto igual a 5. A quinta letra da palavra DIFÍCIL --> letra “C”.

21. Segundo Celso Antônio Bandeira de Mello, a impessoalidade, especialmente na acepção ora em foco, é decorrência da isonomia (ou igualdade) e tem desdobramentos explícitos em dispositivos constitucionais como o art. 37, inciso II, que impõe o concurso público como condição para ingresso em cargo efetivo ou emprego público (oportunidades iguais para todos), e o art. 37, inciso XXI, que exige que as licitações públicas assegurem igualdade de condições a todos os concorrentes.

22. Desconcentração: criação de órgãos. Descentralização: criação de entidades.

23. (a) Não há hierarquia da administração direta para com a administração indireta o que existe é uma tutela administrativa. (c) Os Tribunais Superiores têm entendimento pacificado sobre a natureza autárquica destas entidades. (d) As autarquias gozam da chamada imunidade tributária recíproca, que veda a instituição de impostos sobre o seu patrimônio, suas rendas e sobre os serviços que elas prestam, desde que estejam vinculadas a suas finalidades essenciais, ou a objetivos que dessas decorram. (e) As Empresas Públicas e Sociedades de economia mista NÃO possuem prazo em quádruplo para contestar e em dobro para recorrer, ficando as Autarquias com tais privilégios.

24. Caducidade: incompatibilidade do ato anteriormente editado que antes não existia. Ato é válido na origem e se torna irregular na execução. A extinção do ato ocorre por lei superveniente que impede a manutenção do ato inicialmente válido. Ex.: autorização de uso de bem público para montar um circo em uma praça. Surgiu uma lei que diz que a praça agora é bem residencial. É a retirada

em virtude de uma nova legislação, de uma alteração legislativa. Mudou-se a situação jurídica.

25. Revogação é a retirada, do mundo jurídico, de um ato válido, mas que, segundo critério discricionário da administração, tornou-se inoportuno ou inconveniente.

26. Lei 8.429 Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente. Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

27. As penalidades contidas na Lei 8.429/92 estabelecem sanções de natureza administrativa (perda da função pública, proibição de contratar com o Poder Público, proibição de receber do Poder Público benefícios fiscais ou creditícios), civil (ressarcimento ao erário, perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil) e política (suspensão dos direitos políticos).

28. B) Art. 13. Não podem ser objeto de delegação: I - a edição de atos de caráter normativo, II - a decisão de recursos administrativos e III - as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade. C) Art. 65, Parágrafo único. Da revisão do processo não poderá resultar agravamento da sanção. D) Art. 66. Os prazos começam a correr a partir da data da cientificação oficial, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento. E) Art. 12. Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte da sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.

29. Com relação aos atos discricionários, o controle judicial é possível, mas terá que respeitar a discricionariedade administrativa nos limites em que ela é assegurada à Administração Pública pela lei.

30. Decorrente do poder hierárquico, o poder regulamentar consiste na possibilidade de os Chefes do Poder Executivo editarem atos administrativos gerais e abstratos, ou gerais e concretos, expedidos para dar fiel execução à lei.

31. Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: IV – os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

32. Art. 1º Inciso III da CF.

33. A posição passiva é compreendida pelas obrigações que o indivíduo (conjunto de deveres) tem com o Estado. As prestações positivas são compreendidas pela possibilidade do indivíduo exigir prestações positivas do Estado através de ações para a redução de desigualdades. Por fim, o estado ativo era aquele em que o indivíduo era dotado de direitos de participação na vida política do Estado na condição de cidadão ativo da comunidade política.

34. Nacionalidade originária não há aquiescência da pessoa pela escolha da nacionalidade (é o caso dos natos), ao passo que na nacionalidade secundária, pode ou não haver aquiescência pela nacionalidade (é o caso dos naturalizados). No Brasil adota-se o critério da aceitação, não há naturalização secundária automática.

35. O alistamento eleitoral é condição para a elegibilidade, contudo, a pessoa pode ser alistávelmas estar com seus direitos políticos suspensos ou ser analfabeta, sendo, portanto, inelegível. Art. 14, § 3º São condições de elegibilidade, na forma da lei: III - o alistamento eleitoral.

36. A teoria dos freios e contrapesos é um sistema de controle entre os poderes para evitar abusos.

37. É da competência exclusiva do Congresso Nacional: III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias. Art. 83. O Presidente e o Vice-Presidente da República não poderão, sem licença do Congresso Nacional, ausentar-se do País por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo. No Brasil não se admite o direito de secessão, porquanto é adotado o princípio federativo (cláusula pétreia), segundo o qual o vínculo entre as entidades componentes da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) é indissolúvel, ou seja, nenhuma delas pode abandonar o restante para fundar um novo país.

38. Art. 95. Os juízes gozam das seguintes garantias: V - exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

39. CF.88, Art. 144, § 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei.

40. Art. 144 § 1o A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a: II – prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o

contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

41. a) O ajuste não tem que ser prévio; porém, é necessário que haja o liame subjetivo entre os agentes, caso não, poderá ocorrer a denominada autoria colateral. Lembrando que são elementos do concurso de pessoas: 1. Pluridade de Agentes/Condutas; 2. Liame Subjetivo; 3. Relevância Causal; 4. Unidade de ilícito penal. b) O agente deverá usar apenas nos meios suficientes para cessar a injusta agressão, o que exceder isso, EM REGRA, será punido. c) Nem todo fato antijurídico (ilícito) será punido, haja vista a que ainda é necessária avaliação da culpabilidade do agente. d) A coação moral irresistível é considerada um excludente de culpabilidade. O que faltou aí foi o estrito cumprimento do dever legal.

42. a) O Brasil adota a teoria da acessoriedade limitada. b) Auxílio material = participação material; Instigação = participação moral. c) Aquele que executa o crime será o autor. No caso da teoria subjetiva não há diferença entre autor e participe. Todos que de qualquer forma contribuíram para o crime serão autores. E) Nessa teoria a figura central é o autor, que poderá ser mediato ou imediato.

43. A qualificadora é aplicada quando a violência (abrangendo vias de fato) ou a grave ameaça são praticadas como meios para assegurar a execução do delito (meios para que o agente possa danificar a coisa). Assim, se a agressão à pessoa é posterior ao dano, responderá o agente pela prática do delito em estudo, na forma simples, em concurso material com aquele correspondente à violência.

44. Estelionato: O crime é de duplo resultado, somente se consumando após a efetiva obtenção da vantagem indevida, correspondente à lesão patrimonial de outrem.

45. 217-A do CP. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos. § 1º Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

46. Pela análise do enunciado, percebe-se que estamos diante do crime de roubo próprio utilizando-se da violência imprópria, pois João antes de praticar a subtração do dinheiro de Manuel, reduziu a capacidade de resistência deste, para só depois subtrair o dinheiro. Neste caso, configurou o crime de roubo.

47. Art. 312 do CP – Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão

do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena – reclusão, de dois a doze anos, e multa.

48. Concurso de pessoas: Segundo o CP, em seu art. 30, ao regular o concurso de pessoas, não se comunicam as circunstâncias e as condições de caráter pessoal, salvo quando elementares do crime. Nos crimes funcionais, por ser a condição de funcionário público elementar do tipo penal, ela se comunica ao particular que, de qualquer modo, tiver concorrido para a prática do delito.

49. Como o aparelho telefônico é um bem particular e móvel, que estava em posse em razão do cargo e foi desviado, configurou-se o crime de peculato.

50. Exploração de prestígio: Art. 357 do CP - Solicitar ou receber dinheiro ou qualquer outra utilidade, a pretexto de influir em juiz, jurado, órgão do Ministério Público, funcionário de justiça, perito, tradutor, intérprete ou testemunha

51. Atividade investigatória é gênero do qual são espécies: IP, CPI (presidida por parlamentares) e Inquérito Civil Público (presidido pelo MP);

52. O indiciamento é ato privativo da autoridade policial, não sendo possível ao Ministério Público ou ao juiz requisitar o indiciamento à autoridade policial, eles podem requisitar instauração do IP, mas não o indiciamento.

53. CPP Art. 10 § 3º Quando o fato for de difícil elucidação, e o indiciado estiver solto, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo marcado pelo juiz.

54. a) A autoridade policial nunca pode arquivar o inquérito policial. b) O relatório final do inquérito policial não é peça obrigatória. d) O indiciamento (ato privativo do Delegado de Polícia) não delimita os termos da acusação. e) A autoridade policial nunca pode arquivar o inquérito policial.

55. A ação penal pública rege-se pelos princípios da obrigatoriedade e indisponibilidade (não pode o MP desistir da ação penal), enquanto a privada rege-se pela oportunidade e indivisibilidade.

56. O princípio da oficialidade implica no atuar do próprio Estado, enquanto parte responsável pela persecução penal, a qual é levada a efeito através do Ministério Público. Contudo, o MP, embora atue como parte no processo penal, acumula a função de custos legis, motivo pelo qual não deve proceder com parcialidade, nem mesmo que deva apresentar interesses antagônicos aos do acusado, pois ao Parquet compete a tutela dos interesses tanto da acusação quanto dos da defesa, consagrando-se o dever do Estado de tutelar a liberdade do réu. Daí falarmos que o MP é a parte imparcial. Por isso podemos afirmar que o princípio da oficialidade mitiga, na ação penal pública, a ideia de paridade de armas.

57. Art. 38 do CPP: Salvo disposição em contrário, o ofendido, ou seu representante legal, decairá no direito de queixa ou de representação, se não o exercer dentro do prazo de seis meses, contado do dia em que vier a saber quem é o autor do crime, ou, no caso do art. 29, do dia em que se esgotar o prazo para o oferecimento da denúncia.

58. Art. 283, § 2º CPP. A prisão poderá ser efetuada em qualquer dia e a qualquer hora, respeitadas as restrições relativas à inviolabilidade do domicílio.

59. O só fato de o réu, quando indiciado ou investigado, não ter comparecido à delegacia de polícia para prestar depoimento, não lhe autoriza decreto da prisão preventiva. É ilegal o decreto de prisão preventiva que se funda na gravidade do delito e na consequente periculosidade presumida do réu.

60. Art. 11 da Lei 11.340/06. No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências: II - encaminhar a ofendida ao hospital ou posto de saúde e ao Instituto Médico Legal.

61. Nos delitos definidos desta lei, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

62. Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental: a) com o fim de obter informação, declaração ou confissão da vítima ou de terceira pessoa.

63. Art. 10º (Lei 10.826/03) A autorização para o porte de arma de fogo de uso permitido, em todo o território nacional, é de competência da Polícia Federal e somente será concedida após autorização do SINARM. § 2º A autorização de porte de arma de fogo, prevista neste artigo, perderá automaticamente sua eficácia caso o portador dela seja detido ou abordado em estado de embriaguez ou sob efeito de substâncias químicas ou alucinógenas.

64. Procedimentos a serem adotados pela autoridade policial à mulher vítima de violência: proteção policial; encaminhamento ao p.s/iml para exame de corpo de delito; transporte; acompanhamento para retira de pertences; informar seus direitos.

65. Art. 38 (Lei 9.605/98). Destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la com infringência das normas de proteção: Pena - detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas as penas cumulativamente. Parágrafo único. Se o crime for culposo, a pena será reduzida à metade.

66. Art. 96 (Lei 10.741/03). Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de

contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade: Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

67. Art. 1º (Lei 8.072/90). São considerados hediondos os seguintes crimes: I - homicídio, quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado; II – latrocínio; III - extorsão qualificada pela morte; IV - extorsão mediante seqüestro e na forma qualificada; V – estupro; VI - estupro de vulnerável; VII - epidemia com resultado morte; VII-B - falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais; VIII - favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.

68. Art. 2º (Lei 9.296/96) Não será admitida a interceptação de comunicações telefônicas quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses: I – não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; II – a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; III – o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

69. Art. 3º (Lei 12.037/09) Embora apresentado documento de identificação, poderá ocorrer identificação criminal quando: I – o documento apresentar rasura ou tiver indício de falsificação; II – o documento apresentado for insuficiente para identificar cabalmente o indiciado; III – o indiciado portar documentos de identidade distintos, com informações conflitantes entre si; IV – a identificação criminal for essencial às investigações policiais, segundo despacho da autoridade judiciária competente, que decidirá de ofício ou mediante representação da autoridade policial, do Ministério Público ou da defesa; V – constar de registros policiais o uso de outros nomes ou diferentes qualificações; VI – o estado de conservação ou a distância temporal ou da localidade da expedição do documento apresentado impossibilite a completa identificação dos caracteres essenciais. Parágrafo único. As cópias dos documentos apresentados deverão ser juntadas aos autos do inquérito, ou outra forma de investigação, ainda que consideradas insuficientes para identificar o indiciado.

70. Art. 1º (Lei 12.830/12) § 5º A remoção do delegado de polícia dar-se-á somente por ato fundamentado.

71. Art. 342 do CP. Fazer afirmação falsa, ou negar ou calar a verdade como testemunha, perito, contador, tradutor ou intérprete em processo judicial, ou administrativo, inquérito policial, ou em juízo arbitral.

72. Consulta médico Legal: É a solicitação na qual o(s) interessado(s) ouvem a opinião de um ou mais especialistas a respeito do valor científico de determinado relatório médico-legal, quando o mesmo deixa dúvidas a respeito

de seu conteúdo. Atestado-Judicial : É aquele expedido por solicitação do Juiz ou que integra os autos judiciários. Atende a administração da justiça. Relatório-Descrição: Contém o “visum et repertum” É a descrição minuciosa, clara e metódica de todos os fatos apurados diretamente pelo perito. Constitui a parte essencial do relatório.

73. Morte natural: É aquela que sobrevém por causas patológicas ou doenças, como malformação na vida uterina. Morte suspeita: É aquela que ocorre em pessoas de aparente boa saúde, de forma inesperada, sem causa evidente e com sinais de violência definidos ou indefinidos, deixando dúvida quanto à natureza jurídica, daí a necessidade da perícia e investigação. Morte súbita: É aquela que acontece de forma inesperada e imprevista, em segundos ou minutos. Morte agônica: É aquela em que a extinção desarmônica das funções vitais ocorre em tempo longo e neste caso, os livores hipostáticos formam-se mais lentamente. Morte reflexa: É aquela em que se faz presente a tensão emocional, ou seja, uma irritação nervosa (excitação) de origem externa, exercida em certas regiões, provoca, por via reflexa, a parada definitiva das funções circulatórias e respiratórias.

74. Não importa o tempo que o atropelado ficou internado, se houve o nexo causal entre o acidente e a morte, então foi uma morte violenta que é atribuição do IML.

75. Docimasia - prova de vida extrauterina. Tem o objetivo de constatar se o nascituro morreu ainda dentro do útero ou se houve vida fora dele.

76. Genival Veloso França aduz que no diagnóstico da causa jurídica da morte a multiplicidade de lesões, por exemplo, fala em favor de homicídio. Segundo o autor, a prática médico legal demonstra que o acúmulo de lesões mortais numa necropsia dá a indução de homicídio ou acidente, podendo inclusive afastar-se a hipótese de suicídio.

77. A exumação é o ato de desenterrar o cadáver, sendo que a sua realização em desacordo das disposições legais caracteriza contravenção penal (art. 67 da LCP). Já a inumação é o sepultamento cadavérico. É o ato de enterrar.

78. Livor hipostático: São produzidos pela parada da circulação sanguínea, surgem nas primeiras horas após a morte, formando um rendilhado puntiforme. Fenômeno físico ocorre devido a gravidade onde o sangue fica concentrado nas partes mais baixas do corpo. Espasmo cadavérico: É uma forma rara de enrijecimento muscular que ocorre no momento da morte, permanece no rigor mortis e pode ser confundido com o rigor mortis. Autólise: Fenômeno cadavérico transformativo, é o que ocorre primeiro, devido a falta de condução de oxigênio para células do corpo, a concentração de dióxido de carbono aumenta, provocando diminuição do PH no sangue, ficando assim mais ácida, iniciando assim a fase de destruição das células sanguíneas. Putrefação:

Fenômeno cadavérico transformativo dividido em 4 fases: cromático, gasoso, coliquativo e esqueletização. Rigidez muscular: O rigor mortis é explicado pela desidratação muscular que produz a coagulação da miosina associada ao aumento do teor de ácido lático nos músculos.

79. Nos dizeres de Delton Croce Junior, a traumatologia, “É o capítulo da Medicina Legal no qual se estudam as lesões corporais resultantes de traumatismos de ordem material ou moral, danosos ao corpo ou à saúde física ou mental”. Traumatologia também estuda os agentes que transmitem essa energia, os quais, igualmente, se dividem em físicos, químicos, biológicos e mistos.

80. Relatório - Documento que relata a perícia. É descrição minuciosa de fato médico requisitado por autoridade competente. É narração detalhada da perícia com emissão de juízo valorativo. Divide-se em 6 partes: 1) Preâmbulo, 2) Quesitos; 3) Histórico; 4) Descrição; 5) Discussão e 6) Conclusão. Obs: O relatório pode ser ditado ao escrivão (auto) ou redigido pelo próprio perito (laudo).